

Cerimónia de assinatura do Contrato Inter-Administrativo para o PART na AMPorto

**Porto
29 de março de 2019**

Há uma visão do pragmatismo na qual este nos é apresentado como a confirmação da verdade das ideias através da sua eficácia.

Pois o que pretendo fazer hoje, revelando desde já imodéstia, é comprovar a inversão desta indução; vamos procurar mostrar que quando a prática é eficaz as ideias são verdadeiras.

Aqui, a prática eficaz é o PART, o plano de apoio à redução do tarifário; a verdade, é a urgência do combate às alterações climáticas.

Percebemos, aceitamos, agradecemos à ciência ter-nos feito perceber a relação entre a atividade humana e as mudanças no clima. E melhor entendemos o que esta nos exige de consequência na ação.

Mas sentimos que, na Política, a necessidade de procurar o compromisso popular que nos permita honrar este outro compromisso climático, a ordem dos fatores se inverte e nos cabe concretizar soluções eficazes, sobretudo quando o comum dos cidadãos já nada precisa que se lhe seja dito, porque a verdade está aí, nas nossas vidas e nas televisões, e nos mostram que as mudanças no clima são catastróficas.

O que se passa connosco e com o planeta não tem o tempo da História para ser contado e, porque vamos ser nós a assistir ao filme todo, temos também de ser nós a escrever o seu final feliz.

Em concreto, cabe à Política encontrar as soluções socialmente justas – e que agreguem todas as vontades – na mais urgente luta das nossas gerações, a que fazemos contra o aquecimento global.

Se me perguntarem por exemplos do que este governo tem feito, eu juro que os sei dar muitos, mas nada encontro de mais perfeito do que o PART e a drástica redução das tarifas no transporte coletivo, pelo papel indutor que terá, ao aumentar a sua utilização.

O PART é mesmo uma solução eficaz em prol da qualidade de vida das cidades, da melhoria dos rendimentos das famílias, da educação ambiental, da descarbonização.

Já não discuto mais a paternidade, embora fique basbaque com quem o critica e não tem a coragem de o prometer inverter. Discuto, sim, a justiça, o rigor na sua aplicação, a expectativa dos seus resultados, o empenho que os autarcas e as empresas de transporte demonstram ter na sua aplicação.

Todos disseram sim e, em nome de um bem maior, o do clima, mesmo sem estar mandatado, transmito-vos a minha enorme gratidão.

A partir de segunda-feira, 1 de abril, 85% da população portuguesa vai beneficiar de enormes descontos nos preços do transporte. E a 1 de maio, serão todos os portugueses que utilizarem o transporte coletivo a usufruir desta baixa de preço.

Na Área Metropolitana de Lisboa, a mudança é brutal – e não falo só do dinheiro. As centenas de títulos que existiam agora são dois e podem carregar-se no Multibanco. Eu já o fiz.

Na Área Metropolitana do Porto, a bilhética era mais avançada e a simplicidade na aquisição mantém-se. Mas são mais de 280 mil pessoas a beneficiar de uma redução metropolitana no preço dos passes, que passam de entre 47 a 140 euros para 40 euros, e são 800 mil as pessoas cujo passe municipal passa para 30 euros, quando antes custava cerca de 40 euros.

Em todo o país, Comunidade Intermunicipal a Comunidade Intermunicipal, todos fizeram propostas e, amanhã, em Baião, estaremos presentes na apresentação de um projeto em tudo comparável ao de hoje.

Esta é mesmo a ação necessária. Aos que anunciam o “diabo”, agora nos transportes públicos, lembremos o quanto os malbarataram, quando podiam ter feito de outra

forma. Lembremos os concursos, que em alguns casos nem concursos foram, para a privatização das empresas. Lembremos que o seu desígnio era a obrigação de autocarros velhos e a diesel. Esses, estão hoje mesmo numa posição difícil para avaliar a dimensão do que nos propomos fazer. E, notem, nesta interrogada crítica não incluo nenhum autarca, seja de que partido for.

Sim, o PART também é um exercício de descentralização que complementa, por exemplo, a gestão da STCP pelas autarquias. Foi em cada Comunidade Intermunicipal, em cada área metropolitana, que foram decididas as formas de aplicação das verbas do Orçamento de Estado e acrescentadas as que cabem às autarquias. O Governo sabe bem da necessidade de reforçar a oferta, de ganhar passageiros para o transporte coletivo, de renovar as frotas, de capacitar as autoridades de transporte, mas não conhece os territórios e as suas dinâmicas para decidir a cada momento a forma mais ajustada de concretizar muitos destes objetivos. Só as autarquias, e melhor ainda, as autarquias em conjunto, o saberiam, e souberam fazer, com propostas ajustadas aos seus cidadãos e aos seus territórios.

Os transportes vão saber responder ao crescimento da oferta, vão ver. Na segunda de manhã, lá estarão os arautos a ver que os autocarros e o metro vão cheios. Em boa verdade, na segunda passada também já levavam muita gente, só não foram vedetas de televisão. Do que nunca sentirei a falta, é do tempo em que os transportes não iam vazios porque a oferta foi dramaticamente reduzida.

Já recuperámos uma parte muito significativa dos 100 milhões de passageiros perdidos no transporte coletivo durante a anterior legislatura. No final deste ano, teremos ultrapassado a perda, e sim, os transportes voltarão a estar cheios, como todos nos habituámos a vê-los, desde sempre. É assim que eles deverão funcionar.

Para chegarmos aqui, há muitos agradecimentos.

Aos nossos colegas dos ministérios das Infraestruturas e das Finanças, pelo incansável trabalho conjunto.

À Área Metropolitana do Porto e aos seus técnicos, a todos os presidentes de câmara e, muito particularmente, ao Eduardo Vítor, por todo o trabalho e capacidade de decisão.

Às empresas de transporte, públicas e privadas, por serem parceiros tão ativos nesta construção.

Ao meu amigo e colega de governo, José Mendes, e à sua equipa, pelo esforço, pelo saber técnico e pela capacidade política para pôr um projeto tão extraordinário de pé.

À minha própria equipa, que é quem mais me atura, sobretudo naquela hora do dia em que verdadeiramente não sei “qual a abébia para dar o frosque ao problema”, mas que estão sempre comigo.

E a acabar, senhor primeiro-ministro, recordo a forma como a Agustina começa a Fanny Owen, falando no Douro, o rio que nunca ninguém cantou, ao contrário do Tejo e do Mondego, que sempre tiveram muitos cantores. Hoje, isso já não é verdade, porque temos o Carlos Tê.

Mas aqui, no Porto, tal como nunca inventámos umas músicas para entreter e socializar a dor a que chamam Fado, também não sabemos ser muito expansivos a dizer do que gostamos. Mas sabemos que gostamos.

E meu caro António Costa, mesmo que alguns achem que eu lhe estou a dar graxa em público – coisa que aliás fez mesmo o meu género –, como mais um, que também sou do Porto, quero entregar-lhe a minha gratidão por se ter empenhado tanto na construção deste projeto, que antes de todos, é seu.

Muito obrigado.